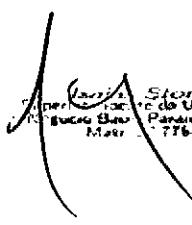


PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Município: REGENTE FEIJÓ


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal

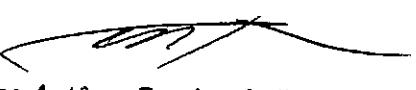

Silvana Storck
Superintendente da Unidade de
Regulação São Paulo
Metr. 776-6


Anderson Gazzola Miranda
Advogado C.R.A.P. 171.967
Metr. 91232-1

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

ÍNDICE

1. Diagnóstico do Município
 - 1.1 Dados Gerais (Origem, Área, Vocação Econômica, população total, urbana e rural do censo 2000)
 - 1.2 Localização (Região Administrativa, Região de Governo, Bacia Hidrográfica, acessos)
 - 1.3 Indicadores de Saúde (mortalidade infantil, doenças de veiculação hídrica, Fundação Seade)
 - 1.4 Qualidade da Água Distribuída para a População
 - 1.5 Projeção Demográfica
2. Objetivos e Metas para Universalização dos Serviços
 - 2.1 Abastecimento de Água
 - 2.2 Sistema de Esgotos Sanitários
 3. Programa Projetos e Ações Propostos
 - 3.1 Abastecimento de Água
 - 3.2 Sistema de Esgotos Sanitários
 - 3.3 Detalhamento dos investimentos
 4. Investimentos
 5. Fontes de Financiamento
 6. Conclusão
 7. Anexos
 - 7.1 Plano de Contingência
 - 7.2 Mecanismos de Avaliação do Plano
 - 7.3 Croqui de localização das unidades dos sistemas de abastecimento de água
 - 7.4 Croqui de localização das unidades dos sistemas de esgotos sanitários


Março Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal


Jefferson Storch
Supervidente da Unidade de
Sist. Áq. e Esg. Bacia Pará-Sanambí
Matr. 27.7.16


Anderson G. Miranda
Advogado
Matr. 91232-1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente Plano Municipal de Saneamento - PMS abrange os serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários. Foi elaborado com base em estudos e informações fornecidos pela SABESP. É oferecido para discussão e aprovação pelo Município, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445/07 artigo 19, que estabelece as diretrizes a serem seguidas no planejamento.

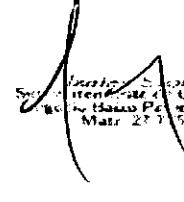
Os principais estudos utilizados para a elaboração do PMS foram:

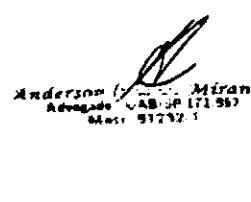
- a) Planejamento de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotos Sanitários, ano 2002, elaborado pelo Consórcio ETG (Earth Tech Brasil e Gerentec Engenharia), atualizados em função de melhorias operacionais e do acompanhamento das demandas reais;
- b) Estudo de Viabilidade Econômico Financeiro, 2007, elaborado pela SABESP, para fornecer subsídios à negociação com o município de uma nova relação contratual, o Contrato Programa;
- c) Plano de Contingência elaborado exclusivamente para o PMS, considerando a continuidade da SABESP no município.

Para a elaboração do PMS foram utilizadas outras fontes de informações e de dados conforme relacionados a seguir:

- Dados municipais: Fundação SEADE;
- Dados de População
- Domicílios e Renda do Chefe da Família, censo 2000: Fundação IBGE;
- Qualidade da água fornecida para a população: dados da SABESP relativa à Portaria 518 do Ministério da Saúde;
- Projeção de População e Domicílios: estudo da Fundação SEADE;
- Indicadores de Saúde: banco de dados da Fundação SEADE;


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal


Sônia Sartori
Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania
Unidade de Gestão de Bemestar Social e Participação Popular
Matri. 27.715-6


Anderson Miranda
Advogado
Matri. 91232-1

O PMS será utilizado pelo município para:

- a) Acompanhar o Contrato de Programa a ser firmado com a SABESP;
 - b) Integrar o Plano de Bacias;
 - c) Elaborar Leis, Decretos, Portarias e Normas relativas aos serviços de água e esgotos.

O PMS deverá ser atualizado a cada 4 anos, ou, quando houver alteração do Plano Diretor Municipal, na implantação de novos sistemas produtores de água ou na implantação de novas estações de tratamento dos esgotos.

1. Diagnóstico do Município

1.1. Dados Gerais

1.1.1.Origem

A cidade de Regente Feijó foi fundada em 1922, e seu nome é uma homenagem à figura do padre Diogo Antônio Feijó. A antiga povoação que lhe deu origem recebeu os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana no Vale do Paranapanema, ponto de passagem dos boiadeiros que viajavam para Mato Grosso.

Em 19 de novembro de 1925, foi elevada a distrito do município de Presidente Prudente e, em 28 de junho de 1935, tornou-se município autônomo.

1.1.2. Área

265 km²

1.1.3. Vocaçao Econômica

A principal atividade é agropecuária, onde convivem as pequenas propriedades rurais, com mão-de-obra familiar.

1.1.4. População (Censo Demográfico IBGE 2000)

TOTAL	URBANA	RURAL
16.998	15.266	1.732

Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal

3

S. J. Serraria 5700 ft
Morro das Cebolas - Unidade de
Juizo Baixo Parque Estadual
Metr. 2776

Anderson *S. Miranda*
Advogado JAB - P 171 982
Maceió - AL 51282-1

1.2. Localização (Região Administrativa, Região de Governo, Bacia Hidrográfica, acessos);

1.2.1. Região Administrativa

10ª. RA de Presidente Prudente

1.2.2. Região de Governo

Presidente Prudente

1.2.3. Bacia Hidrográfica

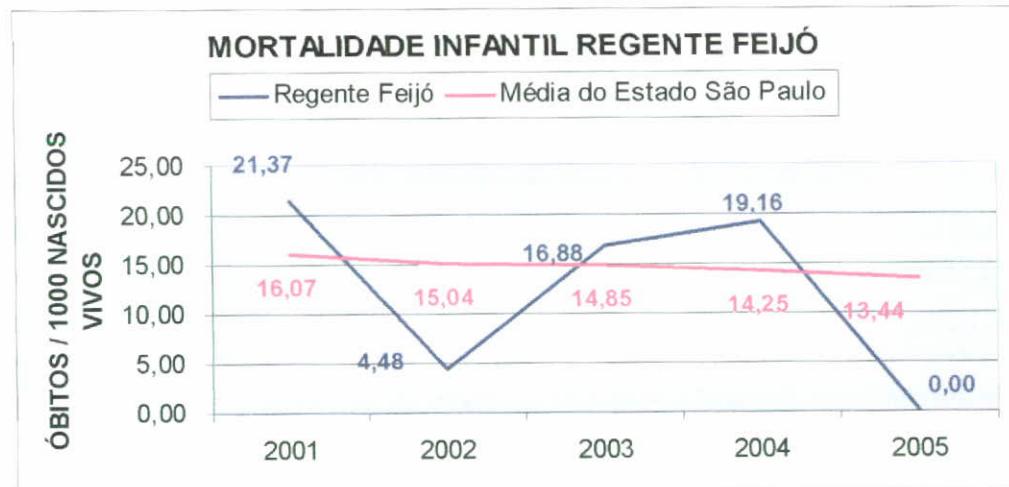
UGRHI-22 Pontal do Paranapanema

1.2.4. Principal acesso

SP 270

1.3. Indicadores de Saúde

Para o presente plano foi adotado o índice de mortalidade infantil como indicador para as condições de vida vinculadas aos serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários. O gráfico a seguir mostra a evolução desse índice nos últimos 5 anos, obtido da Fundação Seade.



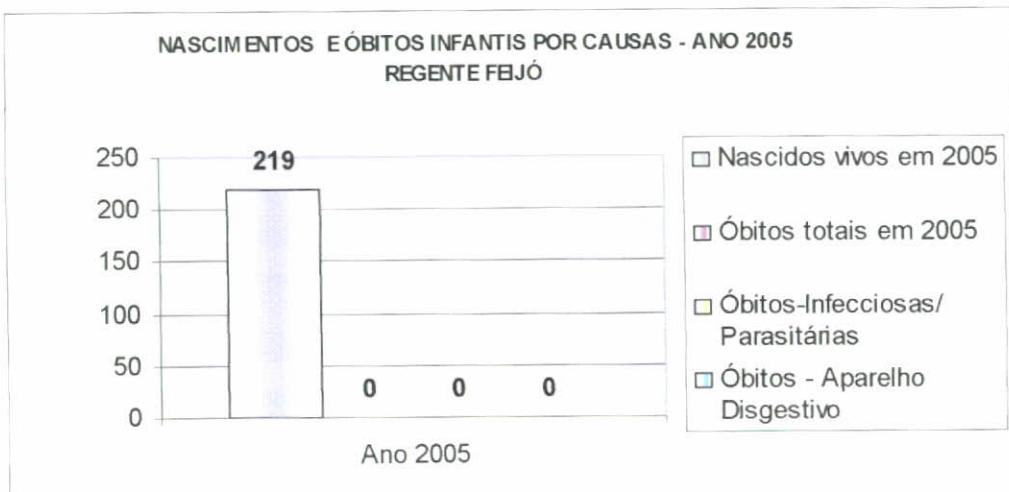
Outro aspecto analisado foi a verificação do número de óbitos por causas mortis, onde foi admitido como premissa que mortes por infecções e por doenças do aparelho digestivo podem estar relacionadas por deficiências dos serviços de saneamento (água e esgoto).

O resultado mostra que não houve registro de óbitos com "causa mortis" decorrentes da premissa adotada.

Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal

José Carlos Ferreira
Superintendente da Unidade de
Águas Baixas Paranapanema
Matr. 21.776.6

Anderson José P. Miranda
Advogado CAB/SP 171.982
Matri. 91232-1



Para os próximos Planos Municipal de Saneamento a Secretaria de Saúde poderá criar outros indicadores em função do monitoramento das ocorrências de saúde no município.

1.4. Qualidade da Água Distribuída para a População;

A Qualidade da Água Distribuída para População deve atender a legislação específica estabelecida pela União e pelo Estado de São Paulo referente à qualidade da água que trata e distribui à população, citadas a seguir:

- Portaria Federal 518, de 25 de março de 2004 do Ministério da Saúde;
- Decreto Federal 5440 de 04 de maio de 2005; e
- Resolução SS65, de 12 de abril de 2005, da Secretaria de Estado da Saúde, do Estado de São Paulo.

Em atendimento a Legislação Federal, decreto 5440, anualmente a SABESP elabora e distribui, à população, relatório sobre a qualidade de água e mensalmente informa na conta da água dos clientes, dados referentes à qualidade da água.

Os Relatórios, preconizados na Resolução SS 65 são enviados pela SABESP a Vigilância Sanitária Municipal, proporcionando as autoridades municipais o acompanhamento da qualidade do produto disponibilizado.

A SABESP controla a qualidade da água em todo sistema de abastecimento, desde os mananciais até o cavalete do imóvel dos clientes, coletando amostras e realizando análises diariamente, conforme preconizado na legislação vigente. Para isso, possui laboratórios de controle sanitários, certificados pela ISO 9001 e ou acreditados pela ISO 17025.

O presente Plano Municipal de Saneamento propõe a manutenção do controle da qualidade da água distribuída atual, que deve ser atualizado ao longo do tempo com eventuais alterações nas legislações.


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal


Superintendente de Meio Ambiente
Nelson Barroso Pimentel
Mun. 27.776-6


Anderson Luiz Mafra
Advogado
Mun. 31232-1

1.5. Projeção Demográfica;

Para a projeção demográfica foram adotados os indicadores da fundação SEADE, que consta do estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Sabesp, em anexo.

Município REGENTE FEIJÓ

Ano	População Urbana	Domicílios Urbanos	Taxa de Cresc. Populaciona	Taxa de Cresc. Domicílios
1905	17.049	5.973		
1906	17.280	6.133	1,35%	2,68%
1907	17.513	6.297	1,35%	2,67%
1908	17.749	6.467	1,35%	2,70%
1909	17.945	6.614	1,10%	2,27%
1910	18.142	6.763	1,10%	2,25%
1911	18.341	6.916	1,10%	2,26%
1912	18.541	7.073	1,09%	2,27%
1913	18.743	7.235	1,09%	2,29%
1914	18.893	7.370	0,80%	1,87%
1915	19.045	7.507	0,80%	1,86%
1916	19.197	7.647	0,80%	1,86%
1917	19.349	7.790	0,79%	1,87%
1918	19.502	7.935	0,79%	1,86%
1919	19.630	8.058	0,66%	1,55%
1920	19.759	8.182	0,66%	1,54%
1921	19.886	8.308	0,64%	1,54%
1922	20.016	8.437	0,65%	1,55%
1923	20.145	8.569	0,64%	1,56%
1924	20.275	8.703	0,64%	1,56%
1925	20.405	8.839	0,64%	1,56%
1926	20.537	8.978	0,64%	1,56%
1927	20.669	9.118	0,64%	1,56%
1928	20.803	9.261	0,64%	1,56%
1929	20.937	9.406	0,64%	1,56%
1930	21.072	9.553	0,64%	1,56%
1931	21.207	9.702	0,64%	1,56%
1932	21.344	9.854	0,64%	1,56%
1933	21.482	10.008	0,64%	1,56%
1934	21.620	10.165	0,64%	1,56%
1935	21.759	10.324	0,64%	1,56%
1936	21.900	10.485	0,64%	1,56%

Fontes: Fundação SEADE - 2000 a 2025

Projeção Sabesp - 2026 a 2037


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal

2. Objetivos e Metas para Universalização dos Serviços;

2.1. Abastecimento de Água;

O Município tem 100% de cobertura em abastecimento de água, e a meta será manter esse índice acompanhando o crescimento da comunidade.

2.2. Sistema de Esgotos Sanitários;

O Município tem 96% de coleta de esgotos, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado. A meta será mantermos esse percentual, pois estando em 96% consideramos a universalização de atendimento.

3. Programa Projetos e Ações Propostas;

3.1. Abastecimento de Água;

Atualmente o município tem 100% de cobertura de água, cujo índice será mantido em função do crescimento vegetativo.

Para a manutenção do índice de cobertura, está prevista a perfuração e montagem de 3 (Três) poços profundo na sede e 1 (um) no Distrito de Espigão, construção de reservatório apoiado na Sede, crescimento vegetativo de ligações, expansão de rede, setorização, remanejamento de rede e troca de hidrômetros.

Croqui – Item 7 – Anexo 3.

3.2. Sistema de Esgotos Sanitários;

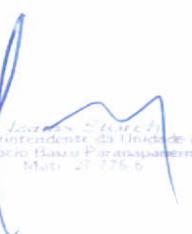
Atualmente o índice de coleta é de 96%, sendo que 100% de todo esgoto coletado é tratado.

A previsão, conforme estudo de viabilidade econômica realizado pela Sabesp, será manter o índice de coleta em 96% até o fim do contrato.

Para manutenção e melhoria do índice de cobertura do sistema está prevista a implantação de rede coletora e ligações na Vila Remanso, ampliação da ETE no Distrito de Espigão, crescimento vegetativo de ligações, expansão e remanejamento de rede.

Croquis – Item 7 – Anexo 4.


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal


Leandro S. Ferreira
Superintendente da Unidade de
Região do Baixo Paranaíba
Meli: 27-776-6


Anderson Júnior Miranda
Advogado OAB/SP 171.361
Matri: 91237-1

3.3. Detalhamento dos investimentos

UNIDADE DE NEGÓCIO BAIXO PARANAPANEMA - RB
DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO INTEGRADO - RBC

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS

Município: REGENTE FEIJÓ

Período: 2008 A 2038

ANO	AQUA	VALOR
SEDE		
2008 e 2009	Setorização de rede na sede	60.000
2009 a 2011	Remanejamento de 1.500 ramais na sede	334.500
2010 a 2013	Remanejamento de rede 50 mm 10.000 mts sede	836.000
2010 a 2013	Remanejamento de rede 100 mm 1.000 mts sede	101.000
2010 a 2013	Remanejamento de rede 150 mm 1.000 mts sede	271.000
2010	Implantação de reservatório apoiado 500 m ³ na sede	221.000
2010	Perfuração de poço profundo PPS 18, equipamentos, montagem eletromecânica e urbanização	180.000
2010	Adutora de água bruta (AAB) do PPS 18 com 1.000 metros	150.000
2023	Perfuração de poço profundo PPS 19, equipamentos, montagem eletromecânica e urbanização	180.000
2023	Adutora de água bruta (AAB) do PPS 19 com 1.000 metros	150.000
2030	Perfuração de poço profundo PPS 20, equipamentos, montagem eletromecânica e urbanização	180.000
2030	Adutora de água bruta (AAB) do PPS 20 com 1.000 metros	150.000

DISTRITO DE ESPIGÃO

2018	Perfuração de poço profundo PPS 03, equipamentos, montagem eletromecânica e urbanização - em substituição	180.000
2018	Adutora de água bruta (AAB) do PPS 03 com 1.000 metros	150.000
TOTAL		3.143.500

ANO	ESGOTO	VALOR
SEDE		
2008	Implantação de 2.127 mts de rede coletora e 38 lg. - Na Vila Remanso	215.000
DISTRITO DE ESPIGÃO		
2008	Projeto de ampliação da SES no distrito de Espigão	20.000
2009	Licenciamento da SES	5.000
2009	Regularização Imobiliária	20.000
2010	Ampliação da ETE distrito de Espigão de 1,5 l/s para 3,01 l/s	210.000
TOTAL		470.000

ANO	BENS DE USO GERAL	VALOR
2010-2015-2020	Equipamentos de informática	75.750
2025-2030-2035		
2009	Móveis e utensílios	9.000
2014-2015-2016	Automação de sistemas	309.000
2009 a 2038	Equipamentos de uso geral	300.000
2009-2010-2011		
2012-2015-2019		
2020-2021-2022	Aquisição e renovação da frota	1.459.800
2024-2025-2029		
2030-2031-2032		
2035-2038		
TOTAL		2.153.550

ANO	CRESCIMENTO VEGETATIVO E REMANEJAMENTOS	QDE	VALOR
2008 a 2038	Ligações novas de água - Unidade	4.090	912.108
	Ligações novas de esgoto - Unidade	3.943	1.277.540
	Expansão da rede de água - Metros	12.271	834.395
	Expansão da rede de esgoto - Metros	19.715	2.641.827
	Re manejamento de ligações de água - Unidade	2.290	510.636
	Re manejamento de redes de água - Metros	12.575	855.120
	Re manejamento de redes de esgoto - Metros	4.900	656.594
	Troca de Hidrômetros - Unidade	18.317	915.848
TOTAL		8.604.070	

TOTAL GERAL	14.371.120
-------------	------------


Março Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal


Anderson de Souza Miranda
Superintendente da Unidade de Negócio Baixo Paranaapanema
Matr.: 27.776


Anderson de Souza Miranda
Avogado OAB/SP 171.987
Bar 91232-1

4. Investimentos;

Os investimentos previstos no estudos de viabilidade econômico-financeira elaborado pela Sabesp, contidos no item 3.3, visam a universalização dos serviços de água e esgoto, atendimento das exigências dos padrões de qualidade da água e atendimento do padrões legais dos lançamentos de efluentes de esgotos.

CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP														
Q16 - Investimentos Necessários para Adequação dos Sistemas de Água e Esgotos														
Município:	REGENTE FEIJÓ													
ANO	Outros	Captação	A.Á. Bruta	Reservação	(i) Redes	(ii) Ligações	TOTAL	Água	Outros	(iii) Ligações	(iv) Rede	Tratamento		
2008	30.000				43.606	57.101	130.706	235.000	39.150	97.293		371.443	-	502.149
2009	141.500				53.606	70.296	265.402	25.000	48.154	116.319		189.472	177.600	632.474
2010	413.500	180.000	150.000	221.000	55.280	72.514	1.092.295		49.916	120.376	210.000	380.292	452.625	1.925.212
2011	413.500				51.143	68.688	533.601		43.163	106.841		150.003	17.000	700.605
2012	302.000				52.266	69.969	424.235		43.750	108.427		152.177	17.000	593.412
2013	302.000				53.510	71.680	427.189		44.924	111.233		156.157	10.000	593.346
2014					54.766	73.414	128.180		46.099	114.048		160.147	113.000	401.327
2015					56.226	75.382	131.608		47.567	117.482		165.049	129.625	426.282
2016					51.566	70.670	122.237		39.639	101.497		141.137	113.000	376.373
2017					52.381	71.880	124.262		40.226	103.063		143.280	10.000	277.541
2018		180.000	150.000		53.395	73.311	456.706		41.107	105.222		146.329	10.000	613.035
2019					54.417	74.760	129.178		41.988	107.397		149.385	76.000	354.563
2020					55.258	76.017	131.275		42.575	108.973		151.549	26.625	309.449
2021					51.502	72.254	123.757		36.116	95.902		132.098	17.000	272.854
2022					52.087	73.184	125.271		36.409	96.901		133.310	17.000	275.581
2023		180.000	150.000		52.867	74.330	457.197		36.997	98.429		135.425	10.000	602.622
2024					53.845	75.696	129.542		37.877	100.568		138.446	102.600	370.588
2025					54.833	77.081	131.914		38.758	102.717		141.475	452.625	726.014
2026					55.651	78.287	133.937		39.365	104.305		143.669	10.000	287.607
2027					56.482	79.511	135.993		39.981	105.918		145.898	10.000	291.891
2028					57.325	80.755	138.081		40.606	107.556		148.162	10.000	296.242
2029					58.182	82.019	140.201		41.241	109.219		150.460	76.000	366.662
2030		180.000	150.000		59.053	83.302	472.365		41.887	110.909		152.795	26.625	661.775
2031					59.937	84.605	144.542		42.542	112.625		155.167	17.000	316.709
2032					60.834	85.929	146.763		43.207	114.368		157.575	17.000	321.339
2033					61.746	87.273	149.020		43.883	116.138		160.021	10.000	319.041
2034					62.672	88.639	151.311		44.570	117.936		162.506	10.000	323.817
2035					63.613	90.026	153.639		45.267	119.762		165.029	26.625	345.293
2036					64.568	91.434	156.002		45.976	121.616		167.592	10.000	333.594
2037					65.539	92.865	158.403		46.695	123.500		170.195	10.000	338.598
2038					11.087	15.720	26.807		7.904	21.814		29.718	168.600	225.125
VPL							2.901.789					1.794.199	860.761	5.556.748

Célula para entrada de dados

total de investimento não descontado: 14.371.120

Obs:

- (i) Rede = Remanejamento de Ligação + Remanejamento de Rede + Substituição de Hidrômetro+Ampliação de Rede
- (ii) Ligações = Ligações Novas Água
- (iii) Ligações = Ligações Novas de Esgoto
- (iv) Rede = Remanejamento de Rede Coletora + Ampliação da Rede Coletora

5. Fontes de Financiamento;

O PMS foi desenvolvido admitindo que para executar os investimentos, a Política Nacional de Saneamento, criara um cardápio de alternativas para equacionamento dos recursos necessários para atender as metas propostas.

As principais fontes de recursos identificadas, conforme cenário setorial atual, para que possam ser executadas as ações previstas no plano foram:

- Geração de recursos tarifários (receitas menos despesas) para:

- Investimentos diretos;


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal


Anderson Gomes Miranda
Supervidente da Unidade de
Negócios Banco Panamericano
Matri: 27.775.6


Anderson Gomes Miranda
Advogado CRM-SP 171.912
Matri: 91237.1

- Contrapartidas de financiamentos;
 - Reposição do parque produtivo;
 - Garantias financeiras de financiamentos.
-
- Cobrança pelo Uso da Água;
 - Orçamentários (União, Estado e Município);
 - FGTS e FAT;
 - Recursos privados;
 - Expansão Urbana (loteadores, conjuntos habitacionais e loteamentos sociais).

As fontes de recursos identificadas poderão se transformar em investimentos frente ao previsto no PMS das seguintes formas:

- Programas com recursos próprios (tarifa);
- Repasse a fundo perdido ou financiamento pelo comitê de bacia dos recursos estaduais do FEHIDRO;
- Repasse a fundo perdido ou financiamento pelo comitê de bacia (Estadual ou Federal) de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água;
- Financiamentos nacionais, BNDES e CEF (FAT e FGTS);
- Financiamentos Internacionais (BID, BIRD, JBIC, etc)
- Privados (PPPs, Concessões, BOTs e compensações ambientais e de outorga pelo uso da água)
- Empreendimentos Imobiliários;
- Orçamento Fiscal (União, Estado e Município)
- Doações e repasses de Fundos de Cooperação (ONGs e Universidades)

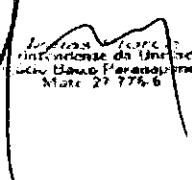
6. Conclusão

O presente contrato fixa metas que visam a universalização dos serviços de água e esgoto, atendimento das exigências dos padrões de qualidade da água e atendimento dos padrões legais dos lançamentos de efluentes de esgotos.

Entretanto estão previstas revisões de quatro em quatro anos, em comum acordo entre a Sabesp e o poder Concedente, visando adequar às situações não previstas e a adoção de novas tecnologias e legislações que futuramente venham a surgir.


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal

10


Sérgio Henrique da Cunha Barroso Peres Guerreiro
Matr. 22.776.6


Anderson
Advogado
André P. (71.982)
Matr. 91212

7. Anexos

7.1 Anexo I

PLANO DE CONTINGÊNCIA

As atividades acima descritas são essenciais para propiciar a operação permanente dos sistemas de água e esgotos da cidade. De caráter preventivo, em sua maioria, buscam conferir grau adequado de segurança aos processos e instalações operacionais evitando descontinuidades.

Como em qualquer atividade, no entanto, sempre existe a possibilidade de ocorrência de situações imprevistas. As obras e os serviços de engenharia em geral, e os de saneamento em particular, são planejados respeitando-se determinados níveis de segurança resultados de experiências anteriores e expressos na legislação ou em normas técnicas.

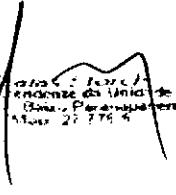
Quanto maior o potencial de causar danos aos seres humanos e ao meio ambiente maiores são os níveis de segurança estipulados. Casos limites são, por exemplo, os de usinas atômicas, grandes usinas hidrelétricas, entre outros.

O estabelecimento de níveis de segurança e, conseqüentemente, de riscos aceitáveis é essencial para a viabilidade econômica dos serviços, pois quanto maiores os níveis de segurança maiores são os custos de implantação e operação.

A adoção sistemática de altíssimos níveis de segurança para todo e qualquer tipo de obra ou serviço acarretaria um enorme esforço da sociedade para a implantação e operação da infra-estrutura necessária à sua sobrevivência e conforto, atrasando seus benefícios. E o atraso desses benefícios, por outro lado, também significa prejuízos à sociedade. Trata-se, portanto, de encontrar um ponto de equilíbrio entre níveis de segurança e custos aceitáveis.

No caso dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram identificados nos Quadros 1 e 2 a seguir os principais tipos de ocorrências, as possíveis origens e as ações a serem desencadeadas. Conforme acima relatado, a SABESP disponibiliza seja na própria cidade ou através do apoio de suas diversas unidades no Estado os instrumentos necessários para o atendimento dessas situações de contingência. Para novos tipos de ocorrências que porventura venham a surgir a SABESP promoverá a elaboração de novos planos de atuação.


Março Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal

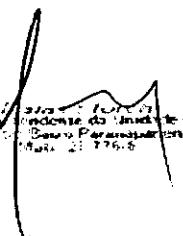

Supervisor
Tito
Coordenador das Unidades de
Bombeiros Parque Industrial
Mês: 27/7/08


Anderson C. F. Miranda
Advogado CAB/SP 171.981
Mês: 9/12/08

Quadro 1 - Sistema de abastecimento de água

Ocorrência	Origem	Piano de Contingências
1. Falta d'água generalizada	<ul style="list-style-type: none">▪ Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas▪ Deslizamento de encostas / movimentação do solo / solapamento de apoios de estruturas com arrebentamento da adução de água bruta▪ Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água▪ Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água▪ Qualidade inadequada da água dos mananciais▪ Ações de vandalismo	<ul style="list-style-type: none">▪ Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência▪ Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil▪ Comunicação à Polícia▪ Deslocamento de frota grande de caminhões tanque▪ Controle da água disponível em reservatórios▪ Reparo das instalações danificadas▪ Implementação do PAE Cloro▪ Implementação de rodízio de abastecimento
2. Falta d'água parcial ou localizada	<ul style="list-style-type: none">▪ Deficiências de água nos mananciais em períodos de estiagem▪ Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água▪ Interrupção no fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição▪ Danificação de equipamentos de estações elevatórias de água tratada▪ Danificação de estruturas de reservatórios e elevatórias de água tratada▪ Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada▪ Ações de vandalismo	<ul style="list-style-type: none">▪ Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência▪ Comunicação à população / instituições / autoridades▪ Comunicação à Polícia▪ Deslocamento de frota de caminhões tanque▪ Reparo das instalações danificadas▪ Transferência de água entre setores de abastecimento


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal


Superintendente do Distrito de
Bauru Parque aquático
Maior 21 776-6


Anderson G. Miranda
Advogado C.R.B.J.P. 171 912
Matri. 91232

Quadro 2 - Sistema de Esgotos Sanitários

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
1. Paralisação da estação de tratamento de esgotos	<ul style="list-style-type: none">▪ Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de tratamento▪ Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas▪ Ações de vandalismo	<ul style="list-style-type: none">▪ Comunicação à concessionária de energia elétrica▪ Comunicação aos órgãos de controle ambiental▪ Comunicação à Polícia▪ Instalação de equipamentos reserva▪ Reparo das instalações danificadas
2. Extravasamento s de esgotos em estações elevatórias	<ul style="list-style-type: none">▪ Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento▪ Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas▪ Ações de vandalismo	<ul style="list-style-type: none">▪ Comunicação à concessionária de energia elétrica▪ Comunicação aos órgãos de controle ambiental▪ Comunicação à Polícia▪ Instalação de equipamentos reserva▪ Reparo das instalações danificadas
3. Rompimento de linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários	<ul style="list-style-type: none">▪ Desmoronamentos de taludes / paredes de canais▪ Erosões de fundos de vale▪ Rompimento de travessias	<ul style="list-style-type: none">▪ Comunicação aos órgãos de controle ambiental▪ Reparo das instalações danificadas
4. Ocorrência de retorno de esgotos em imóveis	<ul style="list-style-type: none">▪ Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto▪ Obstruções em coletores de esgoto	<ul style="list-style-type: none">▪ Comunicação à vigilância sanitária▪ Execução dos trabalhos de limpeza▪ Reparo das instalações danificadas

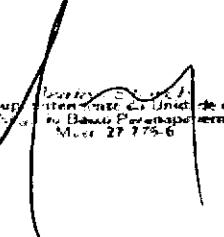
7.2 Anexo 2

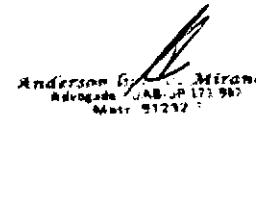
MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO

O operador dos serviços de saneamento deverá elaborar relatórios gerenciais contendo:

- A evolução dos atendimentos em abastecimento de água, coleta de esgotos e tratamento de esgotos, comparando o indicador com as metas do plano;
- Plantas ou mapas indicando as áreas atendidas pelos serviços;
- Avaliação da qualidade da água distribuída para a população, em conformidade com a Portaria 518 do Ministério da Saúde;
- Informações de evolução das instalações existentes no município, como por exemplo, quantidade de rede de água e de esgotos, quantidade de ligações de água e esgotos, quantidade poços,


Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal

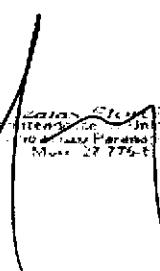

Sup. Administrador da Unidade de Gestão de Bemestar Social
Mestr. 27.779-6


Anderson G. Miranda
Advogado JAB-SP 173.987
Mestr. 91292

estações de tratamento de água, reservatórios e suas capacidade, estações de tratamento, estações elevatórias de esgotos, etc;

- Balanço patrimonial dos ativos afetados na prestação dos serviços;
- Informações operacionais indicando as ações realizadas no município, como por exemplo, quantidade de análises de laboratório realizadas, remanejamentos realizados nas redes e ligações de água e esgotos, troca de hidrômetros, cortes da água, consertos de vazamento, desobstrução de rede e ramais de esgotos, reposição asfáltica, etc.
- Dados relativos ao atendimento ao cliente, identificando o tipo de solicitação, separando a forma de atendimento (Call Center, Balcão de atendimento e outros);
- Informações contendo Receitas, Despesas e Investimentos realizados por ano.

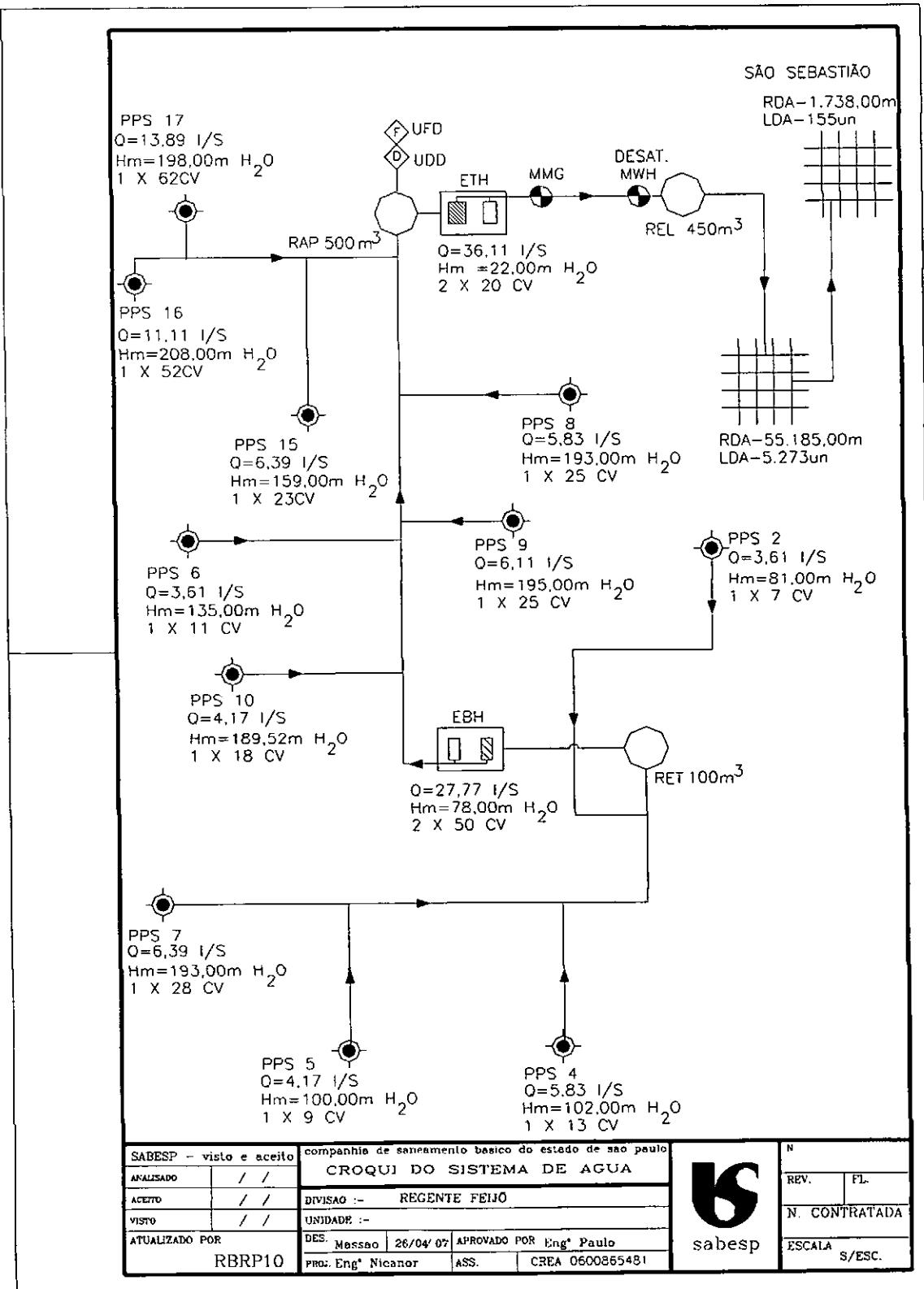

Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal


Superintendente de Águas e Esgotos
Município de São Paulo
Município 27.779-1


Anderson F. S. Miranda
Advogado CAB-SP 171.912
Matri. 91232-1

7.3 Anexo 3

Croqui de localização das unidades dos sistemas de abastecimento de água.



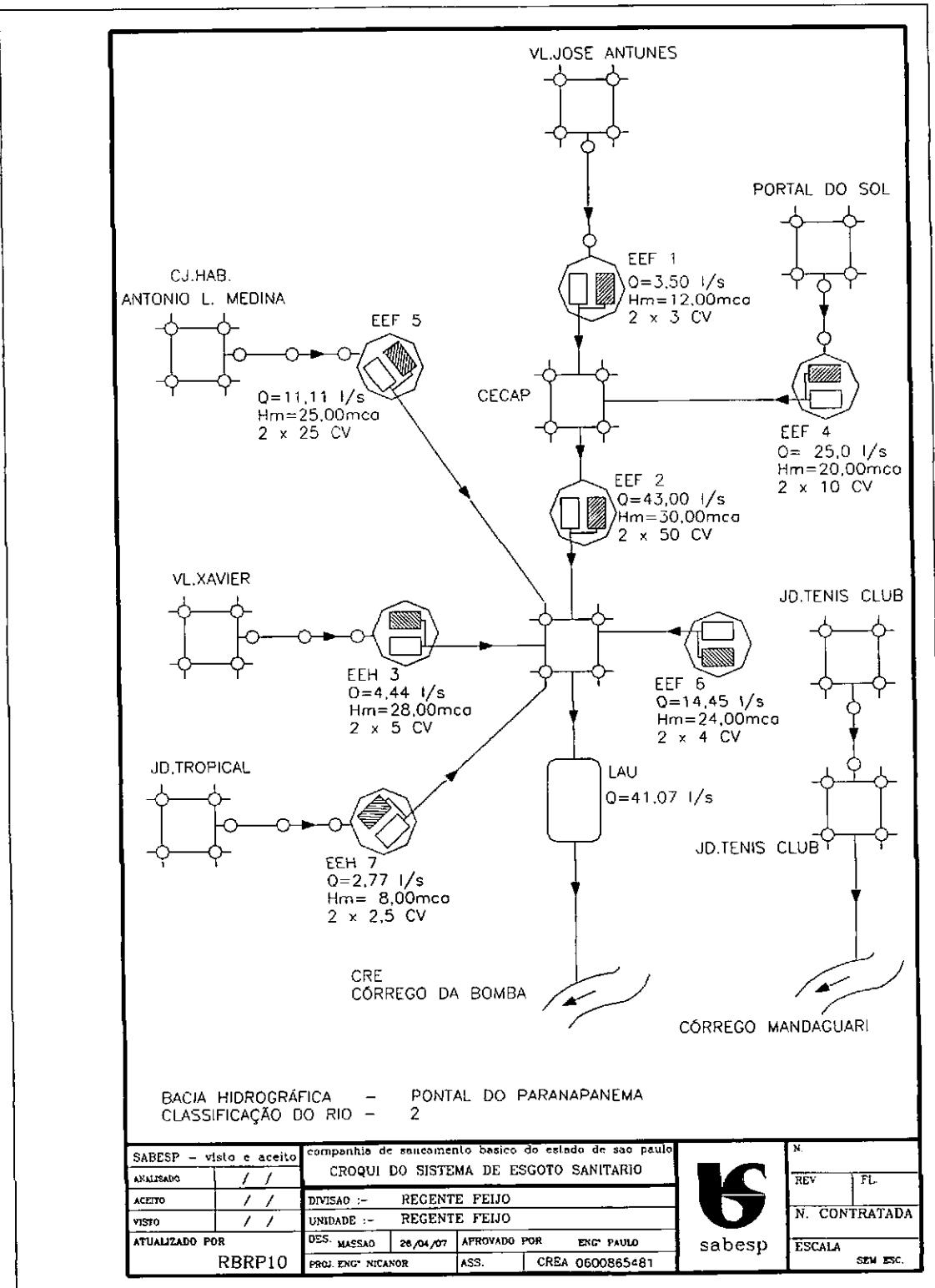
Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal

Assinatura: ...
Data: 27/7/07
Início de operação: 6

Anderson F. Miranda
Advogado
Matri: 41232-1

7.4 Anexo 4

Croqui de localização das unidades dos sistemas de esgotos sanitários.



Marco Antônio Pereira da Rocha
Prefeito Municipal